

Omega Geração
S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de
2016 e 2015**

Conteúdo

Relatorio da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações de resultados abrangentes	13
Demonstrações mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações do fluxo de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

I. Aos Acionistas

A administração da Omega Geração S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.149.503/0001-06, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Comentário de Desempenho da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

II. Desempenho no exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Apesar do ambiente econômico ainda desfavorável, a Companhia apresentou sólidos resultados em 2016 em função de seu modelo de negócio focado exclusivamente em ativos operacionais com contratos de longo prazo. Continuaremos nosso processo de crescimento sustentável mantendo a qualidade do nosso portfólio, figurando entre os melhores operadores de usinas elétricas do país em termos de custo total do MWh produzido, bem como mantendo *portfolio* de contratos de venda de energia diversificado e de longo prazo junto a clientes de alta qualidade creditícia. Com isso, poderemos pagar dividendos crescentes a nossos acionistas de forma sustentável e longeva.

O Resultado Operacional foi de R\$ 70,81 milhões, R\$ 26,36 milhões acima do mesmo período de 2015. A Receita Operacional Líquida foi de R\$ 194,98 milhões, R\$ 51,76 milhões acima do mesmo período do ano anterior, especialmente em função de maior volume de venda de energia no mercado de curto prazo. O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 26,60 milhões, R\$ 21,82 milhões acima dos doze meses de 2015.

No complexo Indaiás, a Receita Operacional Líquida aumentou R\$ 3,92 MM, atingindo R\$ 52,42 MM (345.757 MWh) neste ano comparado a R\$ 48,50 MM (269.308 MWh) no mesmo período de 2015.

A Receita Operacional Líquida de Gargaú diminuiu R\$ 0,47 MM, atingindo R\$ 26,39 MM (68.157 MWh) neste ano comparado a R\$ 26,86 MM (76.162 MWh) no mesmo período de 2015 todavia mantendo alta aderência ao plano anual.

No complexo Delta 1, a Receita Operacional Líquida aumentou R\$ 5,40 MM, atingindo R\$ 52,02MM (432.061 MWh) neste ano comparado a R\$ 46,62MM (350.071 MWh) no mesmo período de 2015.

A Receita Operacional Líquida da Comercializadora aumentou R\$ 43,34 MM, atingindo R\$ 72,04 MM (519.904 MWh) neste ano comparado a R\$ 28,71 MM (145.873 MWh) no mesmo período de 2015. Esta diferença se dá pelo aumento de volume de venda em 374.031 MWh em 2016 em relação ao ano de 2015.

Custos e despesas com a operação cresceram de R\$ 101,36 MM para R\$ 129,80 MM no mesmo período do ano de 2016. A variação de R\$ 28,53 MM (+28%) se deu, principalmente, pela compra de energia (R\$ 32,91 MM) e menor despesa, principalmente, de pessoal, R\$ 4,48 MM, ratificando nossa estratégia de otimização contínua de estrutura organizacional.

Apesar do pior resultado financeiro, oriundo principalmente do aumento da TJLP, índice que compõe nossos passivos financeiros e maior equivalência patrimonial da SPE, o lucro líquido subiu de R\$ 4,78 MM, no ano de 2015, para R\$ 26,60 MM, no ano de 2016.

Nos termos da Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como das informações trimestrais. Adicionalmente, para fins do disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº. 381/2003, informamos que, atualmente, a Companhia não contrata a prestação de qualquer serviço que não seja de auditoria externa junto ao Auditor Independente ou por Partes Relacionadas com o Auditor Independente. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), conforme requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Omega Geração S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Geração S.A. (Companhia) e suas controladas, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Omega Geração S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre demonstrações financeiras emitidas anteriormente

Em 31 de março de 2017, emitimos um relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Geração S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa 3.5, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão



sendo rerepresentadas para refletir a divulgação dos compromissos relacionados aos arrendamentos mercantis operacionais descritos na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida - Controladora e Consolidado (Notas explicativas 4.d, 4.e, 4.f, 13 e 14)

A Companhia possui investimentos significativos em ativo imobilizado instalado em suas Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) e Usinas Eólicas, além de intangíveis decorrentes da aquisição de direito de exploração da autorização de PCHs e da aquisição de carteira de clientes. Face aos fatores externos como retração econômica e consequente redução do consumo de energia elétrica e condições climáticas desfavoráveis para geração eólica, existe um risco de não recuperação do valor total desses ativos. Devido a existência desses indicadores, a Companhia considerou o valor em uso para o cálculo do valor recuperável desses ativos, ou seja, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados que devem advir dos ativos ou unidades geradoras de caixa.

A avaliação do valor recuperável da unidade geradora de caixa da Companhia envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto, e pode resultar em impactos relevantes no ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essas razões, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização e para determinar sua unidade geradora de caixa, bem como avaliamos os controles internos chave relativos a identificação e mensuração do valor recuperável da unidade geradora de caixa. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas chave utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros, incluindo: (i) taxa de desconto; (ii) expectativas de volume de venda de energia; (iii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iv) disponibilidade de capacidade de geração de energia; e (v) outras condições macro econômicas. Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados com o valor contábil das respectivas unidades geradoras de caixa e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 8 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Omega Geração S.A.
Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.082	2.312	38.188	27.430
Clientes	7	-	-	47.492	21.538
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	233	640
Tributos a recuperar	9	2.253	3.153	8.920	10.517
Dividendos a receber	8	173	2.651	1.336	617
Outros		4.359	3.451	5.804	1.714
Total do ativo circulante		7.867	11.567	101.973	62.456
Ativo não circulante					
Caixa restrito		-	-	25.120	26.882
Tributos a recuperar	8	-	-	4.237	4.468
Clientes	7	-	-	594	3.135
Ativo fiscal diferido	11	3.768	8.289	3.768	8.289
Outros		-	-	279	-
Total Realizável a Longo Prazo		3.768	8.289	33.998	42.774
Investimentos	12	289.709	272.383	33.164	28.980
Imobilizado	13	342	444	584.777	612.628
Intangível	14	399	515	19.695	21.088
		290.450	273.342	637.636	662.696
Total do ativo não circulante		294.218	281.631	671.634	705.470
Total do ativo		302.085	293.198	773.607	767.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Geração S.A.
Balços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Passivo circulante					
Fornecedores	15	175	117	27.478	6.454
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	34.352	33.258
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	1.306	1.128
Obrigações trabalhistas e tributárias	17	2.990	2.568	4.232	3.284
Outras obrigações		3.313	-	8.889	5.095
Provisões diversas	18	73	190	25.169	15.294
Total do passivo circulante		6.551	2.875	101.426	64.513
Passivo não circulante					
Fornecedores	15	-	-	11.937	20.268
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	281.955	308.826
Passivo fiscal diferido	19	-	-	8.542	5.637
Total do passivo não circulante		-	-	302.434	334.731
Total do passivo		6.551	2.875	403.860	399.244
Patrimônio líquido					
Capital social	20	265.296	265.296	265.296	265.296
Custo com captação de recursos		(2.354)	(2.354)	(2.354)	(2.354)
Reserva ágio		3.768	8.289	3.768	8.289
Reservas de capital		30.777	30.777	30.777	30.777
Prejuízos acumulados		(1.953)	(11.685)	(1.953)	(11.685)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		295.534	290.323	295.534	290.323
Participação dos não controladores		-	-	74.213	78.359
Total do patrimônio líquido		295.534	290.323	369.747	368.682
Total do passivo e patrimônio líquido		302.085	293.198	773.607	767.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Geração S.A.

Demonstrações de resultados

do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto número de ações e resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita operacional líquida	21	-	-	194.982	143.223
Custos da operação e conservação	22	-	-	(117.356)	(84.449)
Lucro bruto		-	-	77.626	58.774
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	23	(5.129)	(9.867)	(12.421)	(17.060)
Outras receitas (despesas) operacionais		141	145	(18)	145
Resultado de equivalência patrimonial		14.681	4.631	5.626	2.598
Total das receitas (despesas) operacionais		9.693	(5.091)	(6.813)	(14.317)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		9.693	(5.091)	70.813	44.457
Receitas financeiras	24	380	780	7.355	7.352
Despesas financeiras	24	(341)	(53)	(43.051)	(38.846)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		39	727	(35.696)	(31.494)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.732	(4.364)	35.117	12.963
IRPJ e CSLL	25	-	-	(8.516)	(8.187)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		9.732	(4.364)	26.601	4.776
Participação dos controladores no resultado do exercício		9.732	(4.364)	9.732	(4.364)
Participação dos não controladores		-	-	16.869	9.140
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		9.732	(4.364)	26.601	4.776
Número de ações		312.610.024	312.610.024	312.610.024	312.610.024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício por ação - básico (R\$)	26	0,0311304	(0,0139597)	0,0311304	(0,0139597)
Número de ações		322.581.979	322.581.979	322.581.979	322.581.979
Lucro (prejuízo) líquido do exercício por ação - diluído (R\$)	26	0,0301681	(0,0139597)	0,0301681	(0,0139597)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Geração S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<i>Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício</i>	9.732	(4.364)	26.601	4.776
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-	-	-
<i>Resultado Abrangente total</i>	9.732	(4.364)	26.601	4.776
<i>Participação dos controladores</i>	9.732	(4.364)	9.732	(4.364)
<i>Participação dos não controladores</i>	-	-	16.869	9.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Geração S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Custo com captação de recursos</u>	<u>Ágio na subscrição de ações</u>	<u>Opções de ações outorgadas reconhecidas</u>	<u>Reserva de Ágio Instrução CVM 319</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>	<u>Participação dos não controladores</u>	<u>Total geral</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	312.167	(2.354)	19.926	10.851	12.810	(54.192)	299.208	84.822	384.030
<i>Redução de capital para absorção de prejuízos</i>	(46.871)	-	-	-	-	46.871	-	-	-
<i>Realização da reserva especial de ágio</i>	-	-	-	-	(4.521)	-	(4.521)	-	(4.521)
<i>Dividendos - Preferencialistas de Asteri</i>	-	-	-	-	-	-	-	(15.603)	(15.603)
<i>Prejuízo do exercício</i>	-	-	-	-	-	(4.364)	(4.364)	9.140	4.776
Saldos em 31 de dezembro de 2015	265.296	(2.354)	19.926	10.851	8.289	(11.685)	290.323	78.359	368.682
<i>Realização da reserva especial de ágio</i>	-	-	-	-	(4.521)	-	(4.521)	-	(4.521)
<i>Dividendos - Preferencialistas de Asteri</i>	-	-	-	-	-	-	-	(21.015)	(21.015)
<i>Lucro líquido do exercício</i>	-	-	-	-	-	9.732	9.732	16.869	26.601
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>265.296</u>	<u>(2.354)</u>	<u>19.926</u>	<u>10.851</u>	<u>3.768</u>	<u>(1.953)</u>	<u>295.534</u>	<u>74.213</u>	<u>369.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Geração S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes de impostos	9.732	(4.364)	35.117	12.963
Ajustes:				
Depreciação e amortização	602	1.096	29.533	29.984
Resultado de equivalência patrimonial	(14.681)	(4.631)	(5.626)	(2.598)
Baixa de imobilizado	-	-	-	27
Receita financeira de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	(3.122)	(2.703)
Encargos financeiros	-	-	31.649	30.301
Atualização monetária de passivos	-	-	1.227	2.568
Outras provisões	-	-	-	2.674
	<u>(4.347)</u>	<u>(7.899)</u>	<u>88.778</u>	<u>73.216</u>
(Aumento) redução nos ativos				
Tributos a recuperar	900	1.237	1.828	2.267
Clientes	-	-	(23.413)	(4.535)
Dividendos recebidos	1.425	1.095	1.336	4.001
Outros créditos	1.570	(2.189)	(5.088)	1.669
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	58	(264)	12.693	3.787
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(5.026)	(3.796)
Outras contas a pagar	3.618	(560)	17.409	4.527
Pagamento de juros	-	-	(26.459)	(28.189)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	<u>3.224</u>	<u>(8.580)</u>	<u>62.058</u>	<u>52.947</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(20)	(17)	(89)	(30.601)
Aquisição de ativo intangível	(94)	(7)	(94)	(4.223)
Aplicações financeiras			(14.258)	(17.553)
Resgates de aplicações financeiras			19.142	17.954
Aumento de capital social em controladas	(321)	(438)	-	-
Earn out Gargau	(4.019)	-	(4.019)	-
Caixa Líquido usado pelas atividades de investimento	<u>(4.454)</u>	<u>(462)</u>	<u>682</u>	<u>(34.423)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	10.838
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(30.967)	(30.320)
Pagamentos de dividendos	-	-	(21.015)	(15.603)
Caixa Líquido usado nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(51.982)</u>	<u>(35.085)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.230)</u>	<u>(9.042)</u>	<u>10.758</u>	<u>(16.561)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa				
No início do período	2.312	11.354	27.430	43.991
No fim do período	1.082	2.312	38.188	27.430
	<u>(1.230)</u>	<u>(9.042)</u>	<u>10.758</u>	<u>(16.561)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Geração S.A.
Demonstrações do valor adicionado
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
(=) 1. Receitas	160	-	209.505	152.548
<i>Vendas de Mercadorias Produtos e Serviços</i>	(+)	-	209.008	152.548
<i>Outras Receitas</i>	(+)	-	497	-
(=) 2. Insumos adquiridos de 3o.	(915)	(3.365)	(94.138)	(65.111)
<i>Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos</i>	(-)	-	(90.925)	(59.618)
<i>Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros</i>	(-)	(3.365)	(3.050)	(5.493)
<i>Perda/Recuperação de Valores Ativos</i>	(-)	-	(163)	-
<i>Outros</i>	(-)	-	-	-
3. = (1-2) Valor adicionado bruto	(755)	(3.365)	115.367	87.437
<i>Depreciação, Amortização e Exaustão</i>	(-)	(1.098)	(29.533)	(29.878)
5. = (3-4) Valor adicionado líquido	(1.359)	(4.463)	85.834	57.559
(=) 6. Valor adicionado recebido em transferência	15.048	5.586	12.968	5.569
<i>Resultado de Equivalência Patrimonial</i>	(+)	4.631	5.626	(2.045)
<i>Receitas Financeiras</i>	(+)	795	7.342	7.454
<i>Outros</i>	(+)	160	-	160
7. = (5+6) Valor adicionado total	13.689	1.123	98.802	63.128
(=) 8. Distribuição do valor adicionado	13.689	1.123	98.802	63.128
<i>Pessoal</i>	(+)	4.029	5.167	8.069
<i>Impostos, Taxas e Contribuições</i>	(+)	1.451	23.911	16.428
<i>Remuneração de Capitais de Terceiros</i>	(+)	7	43.123	38.498
<i>Remuneração de Capitais Próprios</i>	(+)	(4.364)	26.601	133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Omega Geração S.A. (“Companhia” ou “Grupo” ou “Omega”) sediada em Belo Horizonte, foi constituída em 26 de setembro de 2007 na forma de sociedade limitada e, em 24 de janeiro de 2008, foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista. A Companhia mantém na Comissão de Valores Imobiliários (“CVM”) o registro de emissor na categoria “A”.

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como atividade preponderante a geração e venda de energia elétrica por meio de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) e Usinas Eólicas.

O portfólio da Companhia é atualmente composto por três PCHs, quais sejam Indaia Grande, Indaiazinho e Pipoca, quatro usinas eólicas, quais sejam Gargaú, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba, além da Omega Comercializadora de Energia.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, a seguir relacionadas:

Participações diretas	31/12/16	31/12/15
Delta dos Ventos Energia S.A.	100%	100%
Asteri Energia S.A.	50%	50%
Indaiá Grande Energia S.A.	100%	100%
Indaiazinho Energia S.A.	100%	100%
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%
Participações indiretas	31/12/16	31/12/15
Hidrelétrica Pipoca S.A. (*)	51%	51%
Gargaú Energética S.A.	100%	100%
Porto do Parnaíba Energia S.A.	100%	100%
Porto Salgado Energia S.A.	100%	100%
Porto das Barcas Energia S.A.	100%	100%

(*) Controle compartilhado

Delta dos Ventos Energia S.A. (“Delta”)

A Delta dos Ventos S.A, sociedade de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2011, tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, controlando integralmente as sociedades Porto do Parnaíba Energia S.A., Porto das Barcas Energia S.A. e Porto Salgado Energia S.A., as quais detêm o direito de exploração dos parques eólicos Delta do Parnaíba, Porto das Barcas e Porto Salgado, respectivamente.

Porto do Parnaíba Energia S.A. (“PPE”), Porto das Barcas Energia S.A. (“PBE”) e Porto Salgado Energia S.A. (“PSE”).

São sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 31 de agosto de 2011, que detêm autorização para exploração de parques eólicos localizados no Estado do Piauí, com capacidade instalada total de 70 MW e com operações comerciais iniciadas em julho de 2014.

A Porto do Parnaíba S.A, por meio da portaria nº 225, de 13 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Delta do Parnaíba, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto Salgado Energia S.A, por meio da portaria nº 203, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto Salgado, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 10 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto das Barcas Energia S.A, por meio da portaria nº 200, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto das Barcas, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

Asteri Energia S.A. (“Asteri”)

A Asteri Energia S.A., sociedade de capital fechado, foi constituída em 31 de agosto de 2011 e tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável. A Companhia detém o controle de Asteri por meio da totalidade das ações ordinárias de Asteri, o que compreende 50% da sua participação acionária total. A Asteri, por sua vez, detém 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca S.A. e 100% de participação na Gargaú Energética S.A.

Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”).

A Hidrelétrica Pipoca S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2004, cujo controle é compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A através da participação de 51% do capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A. Pipoca obteve, por meio da Resolução Autorizativa nº 474, de 6 de março de 2006, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 388, de 10 de setembro de 2001, anteriormente outorgada à HP2 do Brasil S.A., para implantar e explorar Pipoca até setembro de 2031. Em outubro de 2008, foram iniciadas as obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga. Pipoca iniciou sua operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos que, conforme Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, poderão ser prorrogadas a título oneroso por 30 anos adicionais.

Gargaú Energética S.A. (“Gargaú”).

A Gargaú Energética S.A., sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 17 de outubro de 2007, cujo controle indireto é detido através da participação integral no seu capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A.

A Gargaú obteve, por meio da Resolução Autorizativa 2.145, de 27 de outubro de 2009, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 534, de 01 de outubro de 2002, anteriormente outorgada à SeaWest do Brasil Ltda., para implantar e explorar a usina eólica Gargaú, localizada em São Francisco de Itabapoana, no norte do Estado do Rio de Janeiro, com capacidade produtiva de 28,05 MW. O empreendimento entrou em operação comercial em 28 de outubro de 2010, tendo a energia contratada por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfá, sendo a Eletrobrás seu cliente exclusivo. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

Indaiá Grande Energia S.A. (“Indaiá Grande”) e Indaiazinho Energia S.A. (“Indaiazinho”).

A Indaiá Grande Energia S.A. e a Indaiazinho Energia S.A. são sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 22 de agosto de 2008 e 24 de setembro de 2009, respectivamente. Por

meio das Resoluções Autorizativas nº 1.856 e 1.857, de 24 de março de 2009, respectivamente, as investidas possuem autorização emitidas pela ANEEL, com capacidade total instalada de 32,5 MW, sendo Indaiá Grande de 20 MW e Indaiazinho de 12,5 MW. Suas primeiras turbinas entraram em operação em abril de 2012 e o prazo de autorização para exploração é de 30 anos que, conforme Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, poderão ser prorrogadas a título oneroso por 30 anos adicionais.

Omega Comercializadora de Energia Ltda. (“OMC”).

A Omega Comercializadora de Energia Ltda foi constituída em 25 de outubro de 2011, tendo como objetivo o comércio atacadista de energia elétrica.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC's).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 8 de maio de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

a) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre os julgamentos e as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota 13 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- Nota 18 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas dos recursos;

b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 28 - Instrumentos financeiros; e
- Nota 29 - Pagamento baseado em ações.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e

- As transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais são mensurados pelo valor justo.

3.5 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente emitidas em 31 de março de 2017, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência de retificação de erro pela ausência de divulgação dos compromissos de pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais, os quais estão sendo divulgados na nota explicativa 30.

4 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

i. Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

ii. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

iii. Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual no qual o Grupo possui controle compartilhado, onde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

v. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado.

i. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

iii. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Outros passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

Os ativos imobilizados são depreciados de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012. Esta norma estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do manual de controle patrimonial do setor elétrico - MCPSE, aprovado pela resolução normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, quais sejam:

PCHs (Indaia Grande, Indaiazinho)

Usina		Escritório	
Reservatório, Barragens e Aduoras	2,56%	Máquinas e Equipamentos	10%
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,30%	Computadores	20%
Máquinas e Equipamentos	3,16%	Outros Equipamentos	20%
Móveis e Utensílios	6,25%	Sistema ERP	20%
		Móveis e Utensílios	10%
<hr/>			
Sistema de Transmissão e conexão			
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,43%		
Máquinas e Equipamentos	2,85%		
<hr/>			
Escritório - Usina			
Máquinas e Equipamentos	7,48%		
Móveis e Utensílios	6,25%		

Eólica (Gargaú)

<u>Usina</u>		<u>Administração (em serviço)</u>	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,00%	Intangíveis	10%
Máquinas e Equipamentos	4,80%	Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10,00%	Veículos	10%
		Móveis e Utensílios	10%
<hr/>			
<u>Sistema de Transmissão e conexão</u>			
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,00%		
Máquinas e Equipamentos	2,74%		

Eólicas (Complexo Delta)

<u>Usina (em serviço)</u>		<u>Administração (em serviço)</u>	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	Intangíveis	10,00%
Máquinas e Equipamentos	4,56%	Máquinas e Equipamentos	10,00%
Móveis e Utensílios	6,25%	Veículos	10,00%
		Móveis e Utensílios	10,00%
<hr/>			
<u>Sistema de Transmissão e Conexão</u>			
Máquinas e Equipamentos	2,99%		

Complementarmente, para atendimento ao novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela Resolução Normativa da ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, as controladas Porto do Parnaíba Energia S.A., Porto das Barcas Energia S.A., Porto Salgado Energia S.A. e Gargaú Energética S.A., cujos atos de outorga não prevêem indenização dos bens do imobilizado ao término dos respectivos prazos contratuais, passaram a complementar a quota mensal de depreciação desses bens de maneira a tê-los integralmente depreciados no final do prazo de autorização.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. No caso das PCHs, a estimativa do valor residual do imobilizado leva em consideração a melhor estimativa da Administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação aplicável para concessões no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração e não amortizados ao final da autorização.

e. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia mantém saldo de intangível proveniente da aquisição da usina Indaizinho Energia S.A, atribuído ao direito de exploração da autorização. A amortização é

reconhecida no resultado por meio do método linear até março de 2039, quando encerra-se a autorização da ANEEL.

A Companhia mantém saldo de intangível proveniente da aquisição da usina Indaiá Grande Energia S.A, atribuído ao direito de exploração da autorização. A amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear até março de 2039, quando encerra-se a autorização da ANEEL.

A controlada Asteri mantém saldo de intangível proveniente da aquisição da usina Gargaú Energética S.A, realizada originalmente pela Companhia, atribuído a mais valia pela aquisição de sua carteira de clientes. A amortização é reconhecida no resultado de Asteri por meio do método linear até outubro de 2032, quando encerra-se o contrato com a Eletrobrás.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear, baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício de 2016 e 2015 são as seguintes:

- Sistema ERP 5 anos
 - Carteira de clientes de Gargaú 20 anos
 - Direitos de exploração de autorização de Indaiá Grande e Indaiazinho 26 anos
- Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente usando uma taxa de desconto, antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

g. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Plano de opções

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido no resultado do exercício, com um correspondente aumento no patrimônio líquido. O valor de mercado da ação foi mensurado pelo valor justo com base na fórmula de Black-Scholes.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é

provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, e uma estimativa razoável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i. Receita operacional

A receita operacional da venda de energia, no curso normal das atividades, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a vendedora, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional quando as vendas são reconhecidas.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos firmados entre as partes.

j. Arrendamentos

i. Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

ii. Ativos arrendados

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

iii. Pagamentos de arrendamento

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, as receitas de juros sobre as aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e taxas

bancárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados, nas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mensais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real, quando aplicável.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que

foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

m. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstrações do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam uma informação financeira adicional.

5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações do Grupo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu

direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Bancos	245	62	7.412	2.903
Aplicações financeiras de liquidez imediata	837	2.250	30.776	24.527
	<u>1.082</u>	<u>2.312</u>	<u>38.188</u>	<u>27.430</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados a taxa entre 70% a 100%% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 31 de dezembro de 2016 (99,76% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

7 Clientes

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
CCEAR	1.499	8.391
Proinfa	6.175	9.047
Contratos bilaterais/Curto prazo	40.412	7.235
	<u>48.086</u>	<u>24.673</u>
Circulante	<u>47.492</u>	<u>21.538</u>
Não Circulante	<u>594</u>	<u>3.135</u>

Não há saldos em atraso em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) e no Proinfa prevêem mecanismos de ajuste financeiro para geração de energia a maior ou a menor do que o volume contratado.

Como consequência da aplicação do mecanismo previsto para os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), firmados entre as controladas PPE, PBE e PSE com 23 distribuidoras de energia, cujos valores serão liquidados financeiramente a partir de 2018 e, pela verificação de déficit de geração em todas essas controladas no ano de 2016, foi reconhecida uma redução na receita no montante de R\$3.132 nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada PPE mantém saldo a receber no ativo de R\$ 594 (saldo a receber no ativo de R\$2.373 em 31 de dezembro de 2015), enquanto as controladas PBE e PSE mantém saldos passivos de R\$ 1.623 e R\$169, respectivamente (saldo a pagar de R\$1.201 na PBE em 31 de dezembro de 2015 e saldo a receber de R\$762 na PSE em 31 de dezembro de 2015), conforme apresentado na nota nº 15.

Para a controlada Gargau, que vendeu sua energia por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), nos anos de 2016 e 2015, houve geração acima da energia contratada, resultando em um valor a receber em 12 parcelas ao longo do exercício seguinte no montante de R\$2.612 (R\$5.803 em 31 de dezembro de 2015).

8 Partes relacionadas

O Grupo é controlado em conjunto pelos fundos de investimento geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e Warburg Pincus.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Resultado				
Receita operacional líquida (c)				
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	-	60
Porto do Delta Energia S.A	-	-	2.881	-
Testa Branca III S.A	-	-	901	-
Testa Branca I S.A	-	-	537	-
Custos da operação e conservação (c)				
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	(421)	-
Porto do Delta Energia S.A	-	-	(299)	-
Testa Branca I S.A	-	-	(620)	-
Testa Branca III S.A	-	-	(146)	-
Reembolso de despesas (a)				
creditados (debitados) na rubrica despesas operacionais - Administrativas pessoal e gerais				
Gargaú Energética S.A.	786	594	-	-
Indaia Grande Energia S.A.	956	711	-	-
Indaiázinho Energia S.A.	499	464	-	-
Porto das Barcas Energia S.A.	1.524	534	-	-
Porto do Parnaíba Energia S.A.	-	760	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	-	482	-	-
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	(112)	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	983	512	983	512
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	1.359	12	1.359	12
Omega Gestora de Recursos S.A	-	70	-	70
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	1.525	-	1.525	-
Omega Desenvolvimento S.A.	(639)	-	(639)	-
	<u>6.881</u>	<u>4.139</u>	<u>3.228</u>	<u>594</u>

(a) Refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

(b) Dividendos deliberados por subsidiárias, controladas e controladas em conjunto.

(c) Refere-se a operações de compra e venda de energia.

A Omega Geração S.A. garante obrigações estabelecidas em:

- i) Contratos financeiros firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiázinho, Delta dos Ventos, Porto do Parnaíba, Porto Salgado, Porto das Barcas, Gargaú e Pipoca;
- ii) Contrato financeiro firmado por suas coligadas Sigma Energia, Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta;
- iii) Fianças bancárias firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiázinho, Porto Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas;

- iv) Fiança bancária firmada por suas coligadas Sigma Energia, Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta; e
- v) Debentures referentes ao empréstimo ponte firmado por sua coligada Omega Energia & Implantação 1.

Remuneração do pessoal chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	31/12/16	31/12/15
Salário / Pró-Labore	1.599	1.494
Benefícios Diretos e Indiretos	231	137
Remuneração Variável	1.060	1.189
Total Remuneração	2.890	2.820

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
PIS/COFINS	-	-	4.687	6.061
CSLL	-	-	1.354	1.151
IRRF	2.253	3.147	4.548	5.002
ICMS	-	-	2.568	2.757
Outros	-	6	-	14
	2.253	3.153	13.157	14.985
Circulante	2.253	3.153	8.920	10.517
Não Circulante	-	-	4.237	4.468

A rubrica PIS/COFINS compreende basicamente os créditos originados de aquisições de máquinas e equipamentos quando da implantação do parque eólico de Gargaú, bem como das retenções em fonte pelo faturamento da venda de energia de Gargaú à Eletrobrás.

A rubrica IRRF na controladora é formada basicamente por valores retidos de resgates efetuados em aplicações financeiras com instituições financeiras e, no consolidado, incluem impostos retidos na fonte por órgãos públicos no faturamento de energia.

A rubrica ICMS refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado na construção das usinas das controladas Indaia Grande e Indaiazinho.

10 Caixa restrito

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Aplicações financeiras	25.120	26.882

O saldo refere-se à aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos do BNDES descritos na nota explicativa nº 16, remunerados entre 98% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2016 (entre 98% e 102% do CDI em 31 de dezembro de 2015). Estas aplicações somente podem ser movimentadas mediante autorização expressa do BNDES.

11 Ativo fiscal diferido

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda e Hure Holdings S.A., ocorrido em 30 de novembro de 2012.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.289	8.289
Amortização	(4.521)	(4.521)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>3.768</u>	<u>3.768</u>

A amortização do ativo fiscal diferido é realizada, de acordo com a curva de rentabilidade futura, em 60 parcelas mensais, a ser finalizada em outubro de 2017.

12 Investimentos

Movimentação do investimento

Controladora

	Asteri	Delta dos Ventos	Indaia Grande	Indaiazinho	OMC	Gargaú	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	78.358	88.607	67.460	37.879	721	(642)	272.383
Aumento (redução) de Capital	-	321	-	-	-	-	321
Resultado de equivalência patrimonial	5.828	251	10.194	7.992	1.458	-	25.723
Eam-out Gargaú	-	-	-	-	-	4.019	4.019
Perda de investimentos (i)	(11.042)	-	-	-	-	-	(11.042)
Dividendos	-	-	(531)	(312)	(1.650)	-	(2.493)
Outros	1.068	-	-	-	-	-	1.068
Amortizações	-	-	(59)	(13)	-	(198)	(270)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>74.212</u>	<u>89.179</u>	<u>77.064</u>	<u>45.546</u>	<u>529</u>	<u>3.179</u>	<u>289.709</u>

- (i) Refere-se ao impacto pela distribuição de dividendos prioritários aos acionistas preferenciais de Asteri, conforme previsto no Acordo de Acionistas de Asteri.

Conforme o ICPC 09, os direitos de exploração de autorização no montante de R\$18.245 em 31 de dezembro de 2016 (R\$19.366 em 31 de dezembro de 2015) são classificados como investimentos na controladora e, no consolidado, como intangível.

Consolidado

Pipoca é um empreendimento em conjunto em que o Grupo tem controle compartilhado e nele possui uma participação de 51%. É uma PCH localizada no rio Manhuaçu e possui capacidade instalada de 20 MW.

O quadro a seguir resume as informações financeiras da Paletel com base em suas demonstrações financeiras:

Pipoca - Informações contábeis

PIPOCA - Informações contábeis

<u>Balanco Patrimonial</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>DRE exercicio findo em</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Total do ativo	118.030	114.139	Receita operacional liquida	24.714	22.020
Circulante	16.684	10.155	Custos da operação e conservação	(7.442)	(10.649)
Não circulante	101.346	103.984	Despesas operacionais	(1.127)	(1.705)
Realizável a Longo Prazo	3.493	3.044	Resultado financeiro líquido	(3.658)	(3.203)
Permanente	97.853	100.940	Despesa de Imposto de		
	-	-	renda e CSLL	(1.455)	(1.368)
Total do passivo	118.030	114.139		11.032	5.095
Circulante	11.110	10.020			
Não circulante	44.962	50.573			
Patrimônio líquido	61.958	53.546			

O quadro a seguir demonstra as movimentações no investimento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	PIPOCA		
	<u>Custo</u>	<u>Direito de exploração</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	27.308	1.672	28.980
Amortização do direito de exploração	-	(106)	(106)
Resultado da equivalência patrimonial	5.626	-	5.626
Dividendos	(1.336)	-	(1.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.598	1.566	33.164

13 Imobilizado

Composição

	Controladora						Consolidado					
	31/12/16			31/12/15			31/12/16			31/12/15		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	514.728	(90.565)	424.163	514.672	(66.567)	448.105
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	113.569	(10.550)	103.019	113.569	(8.159)	105.410
Edificações	-	-	-	-	-	-	50.064	(5.621)	44.443	50.064	(4.270)	45.794
Terrenos	-	-	-	-	-	-	12.411	-	12.411	12.411	-	12.411
Veículos	-	-	-	-	-	-	47	(31)	16	47	(26)	21
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	201	(83)	118	201	(69)	132
	-	-	-	-	-	-	691.020	(106.851)	584.170	690.964	(79.091)	611.873
Administração												
Máquinas e equipamentos	688	(488)	200	668	(402)	266	1.226	(784)	442	1.196	(644)	552
Móveis e utensílios	317	(182)	135	317	(150)	167	370	(212)	158	366	(174)	192
Benfeitorias em bens de terceiros	426	(419)	7	426	(415)	11	426	(419)	7	426	(415)	11
	1.431	(1.089)	342	1.411	(967)	444	2.022	(1.415)	607	1.988	(1.233)	755
Total do imobilizado	1.431	(1.089)	342	1.411	(967)	444	693.042	(108.266)	584.777	692.952	(80.324)	612.628

Movimentação no exercício

	Controladora					Consolidado						
	Valor líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor líquido	Valor líquido					
	31/12/15					31/12/16	31/12/15	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/16
Imobilizado em serviço												
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	448.105	56	-	(23.998)	-	424.163
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	105.410	-	-	(2.391)	-	103.019
Edificações	-	-	-	-	-	-	45.794	-	-	(1.351)	-	44.443
Terrenos	-	-	-	-	-	-	12.411	-	-	-	-	12.411
Veículos	-	-	-	-	-	-	21	-	-	(5)	-	16
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	132	-	-	(14)	-	118
	-	-	-	-	-	-	611.873	56	-	(27.759)	-	584.170
Administração												
Máquinas e equipamentos	266	20	-	(86)	-	200	552	29	-	(139)	-	442
Móveis e utensílios	167	-	-	(32)	-	135	192	4	-	(38)	-	158
Benfeitorias em bens de terceiros	11	-	-	(4)	-	7	11	-	-	(4)	-	7
	444	20	-	(122)	-	342	755	33	-	(181)	-	607
Total do imobilizado	444	20	-	(122)	-	342	612.628	89	-	(27.940)	-	584.777

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

A Companhia avalia anualmente a existência de fatores externos e internos que possam impactar os valores recuperáveis dos ativos imobilizados, investimentos em empreendimentos de controle compartilhado e intangíveis de suas unidades geradoras de caixa. Portanto, ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 identificamos indicadores externos de impairment, como a retração econômica e consequente redução do consumo de energia e também em menor relevância por condições climáticas desfavoráveis para geração eólica. Não foram identificados fatores internos que levassem a um teste uma vez que a Companhia atingiu os resultados operacionais de seu plano de negócios, não teve mudança no uso dos ativos, não apresentou obsolescência ou dano físico aos seus ativos, e também não apresentou declínio de desempenho dos seus ativos. As unidades geradoras de caixa da Companhia são: Gargaú, Complexo Delta, Pipoca, Indaiá Grande e Indaiázinho.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores.

A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados para refletir o tempo estimado de utilização dos ativos durante os respectivos prazos de autorização. A Administração considerou a prorrogação das autorizações como premissa por meio do entendimento de regulamentação da Aneel.

As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de desconto; (ii) expectativas de volume de venda de energia; (iii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iv) disponibilidade de capacidade de geração de energia; e (v) outras condições macro econômicas.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas compatíveis com o custo médio ponderado de capital aplicado pelo mercado em que a Companhia e suas controladas atuam, que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

O resultado dos testes de impairment não indicou nenhuma necessidade de provisão no ano de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chave conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado e econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

14 Intangível

Composição

	Controladora						Consolidado					
	31/12/16			31/12/15			31/12/16			31/12/15		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível												
Marcas e patentes	1	-	1	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Licenças de software	1.216	(972)	244	1.121	(815)	306	1.267	(1.016)	251	1.172	(849)	323
ERP	921	(806)	115	921	(759)	162	1.762	(1.202)	560	1.762	(1.050)	712
Outros	72	(33)	39	72	(26)	46	130	(33)	97	130	(26)	104
Direitos de autorização e Carteira de clientes	-	-	-	-	-	-	23.033	(4.788)	18.245	23.033	(3.667)	19.366
Sistema de Transmissão	-	-	-	-	-	-	624	(83)	541	624	(42)	582
Total do intangível	2.210	(1.811)	399	2.115	(1.600)	515	26.817	(7.122)	19.695	26.722	(5.634)	21.088

Movimentação do exercício

	Controladora					Consolidado						
	Valor líquido		Valor líquido			Valor líquido		Valor líquido			Valor líquido	
	31/12/15	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/16	31/12/15	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/16
Intangível												
Marcas e patentes	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1
Licenças de software	306	94	-	(156)	-	244	323	94	-	(166)	-	251
ERP	162	-	-	(47)	-	115	712	-	-	(152)	-	560
Outros	46	-	-	(7)	-	39	104	-	-	(7)	-	97
Direitos de autorização e Carteira de clientes	-	-	-	-	-	-	19.366	-	-	(1.121)	-	18.245
Sistema de Transmissão	-	-	-	-	-	-	582	-	-	(41)	-	541
Total do intangível	515	94	-	(210)	-	399	21.088	94	-	(1.487)	-	19.695

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fornecedores de equipamentos - Complexo Delta	-	-	20.290	19.063
CCEAR Déficit	-	-	1.792	1.201
Compra de energia	-	-	10.760	4
Outros	175	117	6.573	6.454
	<u>175</u>	<u>117</u>	<u>39.415</u>	<u>26.722</u>
Circulante	175	117	27.478	6.454
Não Circulante	-	-	11.937	20.268

Parte do saldo do circulante e do não circulante em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$10.146 com vencimento em agosto de 2017 e de R\$10.144 com vencimento em agosto de 2019, respectivamente (R\$19.063 no não circulante em 31 de dezembro de 2015), é devido pelas controladas Porto do Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas (Complexo Delta) ao fornecedor Gamesa, relacionado aos aerogeradores e construção dos parques eólicos, com atualização pela variação do IPCA.

O saldo apresentado na rubrica CCEAR - Déficit, integralmente registrado no passivo não circulante, refere-se a ajustes de geração nos respectivos contratos, a serem liquidados financeiramente a partir de 2018.

16 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Empréstimo - BNDES	319.122	345.510
Custo de captação	(2.815)	(3.426)
	<u>316.307</u>	<u>342.084</u>
Circulante	34.352	33.258
Não Circulante	<u>281.955</u>	<u>308.826</u>

Movimentação no exercício - Consolidado

	Principal	Encargos	Custo	Total
			Transação	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	344.210	1.300	(3.426)	342.084
Amortização BNDES	(30.967)	-	-	(30.967)
Amortização - Custo Transação BNDES	-	-	611	611
Encargos financeiros pagos	-	(27.070)	-	(27.070)
Encargos financeiros provisionados	-	31.649	-	31.649
Capitalização de Juros	4.679	(4.679)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>317.922</u>	<u>1.200</u>	<u>(2.815)</u>	<u>316.307</u>

Refere-se aos financiamentos obtidos junto ao BNDES pelas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Gargau, PBE, PPE e PSE, conforme quadro a seguir:

Controlada	Instituição financeira	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Período de pagamento		Forma de pagamento	Finalidade	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Saldo da dívida	
					Início	Fim					31/12/16	31/12/15
Indaiá Grande	BNDES	72.523	junho de 2012	71.972	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,71%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	49.196	55.981
Indaiazinho	BNDES	50.997	junho de 2012	50.547	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,51%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	34.520	39.281
Cargatú	BNDES	79.513	outubro de 2010	69.881	junho de 2011	maio de 2027	mensal	Financiamento da Usina	Subcrédito A TJLP + 2,34% a.a.	N/A	47.256	51.375
Porto das Barcas	BNDES	62.280	dezembro de 2013	60.228	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	55.171	58.314
Porto do Parnaíba	BNDES	91.287	dezembro de 2013	90.699	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	83.148	87.886
Porto Salgado	BNDES	54.615	dezembro de 2013	54.411	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	49.831	52.673
											319.122	345.510

16.1 Cronograma de pagamento

Ano	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2017	34.895	56.067
2018	30.567	53.743
2019	30.567	51.004
2020 a 2022	91.701	136.919
2023 a 2025	60.067	84.742
2026 a 2028	46.528	58.615
2029 a 2030	24.797	26.965
	<u>319.122</u>	<u>468.055</u>

O fluxo de caixa contratual trata-se da projeção da dívida considerando os juros estimados, considerando projeções da TJLP.

16.2 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas Reservas (conforme descrito na nota explicativa nº 10), cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados na nota de imobilizado, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

16.3 Covenants Financeiros

As controladas Gargaú, Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PBE e PSE estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Para a controlada Gargaú esses índices tem sido atendidos nos últimos exercícios e, para as controladas PPE, PBE e PSE a aplicação desses *covenants* passou a ser exigida em dezembro de 2015, também atendidos desde então. Para as controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, quanto ao ICSD, os índices foram atendidos em 31 de dezembro de 2016 e, para 31 de dezembro de 2015, foi obtida dispensa de sua apuração.

Com a finalidade de eliminar a contratação de fianças bancárias como parte das garantias requeridas pelos contratos de financiamento, as controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PBE e PSE apresentaram pleito ao BNDES no qual, uma das condições exigidas, é o atendimento dos limites definidos contratualmente para o ICP e ICSD nos últimos doze meses à data-base do pleito, qual seja 30 de junho de 2016, o qual permanece em análise pelo BNDES. Apresentamos a seguir os índices em 31 de dezembro de 2016.

Controlada	ICP		ICSD	
	Exigido	Obtido	Exigido	Obtido
IDG	≥ 25%	≥ 55%	≥ 1,30	≥ 1,65
IDZ	≥ 25%	≥ 52%	≥ 1,30	≥ 1,72
PSE	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,91
PPE	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,43
PBE	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,52
Gargaú	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 2,1

16.4 Cartas de fiança bancária

As controladas da Companhia mantém em conjunto R\$329.113 (R\$206.593 em 31 de dezembro de 2015) de fianças, com vencimento entre junho de 2017 e novembro de 2018, com o objetivo de garantia de financiamentos junto ao BNDES.

17 Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Salários e ordenados	317	278	384	313
Provisões trabalhistas	2.605	2.250	2.968	2.537
Impostos a pagar	63	28	772	376
Tributos retidos sobre terceiros	5	12	108	58
	<u>2.990</u>	<u>2.568</u>	<u>4.232</u>	<u>3.284</u>

18 Provisões diversas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
OMC	-	-	15.079	2.882
Provisão - valor retido de fornecedor			8.771	8.847
Provisão GSF			-	2.568
Outras	73	190	1.319	997
	<u>73</u>	<u>190</u>	<u>25.169</u>	<u>15.294</u>

- A rubrica OMC, referente a controlada Omega Comercializadora, corresponde à compras de energia não faturadas pelos fornecedores até a data do balanço.
- A rubrica Provisão - valor retido de fornecedor corresponde ao montante líquido provisionado nas controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, no âmbito do mencionado na nota explicativa nº 31.
- A rubrica Provisão GSF, como consequência da crise hídrica vivenciada no Brasil desde 2014, as usinas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) sofreram, notadamente no ano de 2015, com o baixo percentual de GSF (Generation Scalator Factor)

que, naquele ano, reduziu a energia disponível para venda em aproximadamente 20% para essas usinas.

As controladas Indaiá Grande e Indaiázinho ingressaram com ação judicial questionando o alto valor da GSF, pleiteando a limitação da mesma a 5%. Em agosto de 2015, foi emitida decisão judicial liminar determinando que a ANEEL e a CCEE, até o julgamento da ação anteriormente descrita, procedam com a limitação do Fator GSF a 5% para as requerentes.

O montante relativo ao GSF não aplicado originado integralmente no ano de 2015, enquanto as Companhias eram participante do MRE, com amparo na mencionada liminar, foi provisionado e alcançou o montante de R\$2.568.

Em 15 de julho de 2016, houve a queda da liminar referente ao GSF, o que resultou na necessidade do pagamento dos valores suspensos no montante provisionado. Esses valores foram considerados pela CCEE apenas no cálculo da contabilização de junho de 2016, com pagamento em 8 de agosto de 2016. A liminar foi reestabelecida em 10 de agosto de 2016, e os valores pagos ainda não foram devolvidos pela CCEE.

19 Passivo fiscal diferido

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
<u>Saldo no Balanço Patrimonial</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL (a)	9.951	10.021
Base Depreciação incentivada (b)	(18.493)	(15.658)
Passivo Fiscal diferido, líquido	<u>(8.542)</u>	<u>(5.637)</u>

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
<u>Movimentação no período</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa (a)	(70)	(383)
Base Depreciação incentivada (b)	(2.835)	(2.812)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(2.905)</u>	<u>(3.195)</u>

(a) Ativo fiscal diferido registrado na controlada Gargaú decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria.

(b) Passivo fiscal diferido na controlada Gargaú constituído pela diferença entre os valores de depreciação dos bens do ativo imobilizado apurados pelas taxas de depreciação definidas pela Aneel e as taxas de depreciação aceitas pela Receita Federal do Brasil - RFB, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante da diferença a maior apurado pelas taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB é excluído do lucro líquido para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e as controladoras Delta dos Ventos e Asteri apresentavam saldos acumulados de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social em valor iguais de R\$97.944, R\$223 e R\$1.922, respectivamente (R\$74.671, R\$185 e R\$1.205, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015), para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de sua expectativa de realização não ser considerada provável.

20 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$265.296, representados por 312.610.024 ações ordinárias.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de julho de 2015, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia no valor de R\$46.871, sem alteração do número de ações de sua emissão, para a absorção dos prejuízos acumulados apurados nas demonstrações financeiras da Companhia levantadas em 31 de março de 2015.

Em 1º de setembro de 2015, o anterior acionista Ecopart Investimentos S.A. alienou a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia de sua propriedade para os acionistas Tarpon e Administradores.

Acionistas		31/12/16		31/12/15	
		Ações ON (mil)	%	Ações ON (mil)	%
BJJ Income Fundo de Investimento em Participações	- Tarpon	192.032	61,43%	192.032	61,43%
WP Income Fundo de Investimento em Participações	- Warburg Pincus	117.749	37,67%	117.749	37,67%
Administradores	- Diretoria	2.829	0,90%	2.829	0,90%
		<u>312.610</u>	<u>100%</u>	<u>312.610</u>	<u>100%</u>

Distribuição dos lucros

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

Relativamente à controlada Asteri, conforme previsto em seu Acordo de Acionistas, possui dividendos prioritários. Esses dividendos são distribuídos aos acionistas preferenciais, no mínimo anualmente. Para que esses dividendos sejam distribuídos é necessário que Asteri apresente, no final do exercício, saldo de caixa e equivalente de caixa superior ao seu passivo circulante e orçamento para investimentos, respeitando um valor máximo anual de R\$ 7,75 por ação mais a variação do IPCA, mesmo que não tenha apurado lucro e, nesses casos, a distribuição é realizada por meio da reserva de capital. Após a definição dos dividendos prioritários, é avaliada a

distribuição do dividendo mínimo obrigatório, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, ajustado a forma legal, caso os montantes distribuídos como dividendos prioritários ultrapasse 25% do lucro, não há obrigatoriedade na distribuição do mínimo. Caso o montante fique abaixo de 25% do lucro, é realizado um complemento a distribuição. Os respectivos valores ficarão a disposição dos acionistas a partir de 30 dias após a Assembléia Geral que deliberar sobre a matéria e, caso não reclamados no prazo máximo de 3 anos serão revertidos para a Asteri.

Na Assembléia Geral Ordinária de Asteri, realizada em 30 de abril de 2016, foi deliberada a distribuição de dividendos prioritários aos acionistas titulares de ações preferenciais, no valor de R\$9.083, sendo R\$1.068 registrado em 2015 como dividendo mínimo obrigatório.

Na Assembléia Geral Extraordinária de Asteri, realizada em 29 de novembro de 2016, foi deliberada a distribuição de dividendos prioritários aos acionistas titulares de ações preferenciais, no total de R\$13.000, do qual o valor de R\$4.769 foi originado do lucro líquido auferido até 30 de setembro de 2016.

Reserva de custo com captação de recursos

Constituída pelo custo de transação incorrido na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais da Companhia, no montante R\$2.354.

Reserva de Ágio - Instrução CVM 319

Proveniente do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda. E Hure Holding S.A., ocorrido em 30 novembro de 2012, conforme descrito na nota explicativa nº 11. A Companhia não utilizou o benefício fiscal em 2016 e 2015 pois apurou prejuízo fiscal em ambos exercícios, dessa forma não foi possível capitalizar essa reserva e dessa forma utilizou a parcela amortizada do ativo para compensação de prejuízos acumulados.

Ágio na subscrição de ações

Reserva referente ao ágio apurado na aquisição de participações societárias.

Opções e ações outorgadas reconhecidas

Constituição de reserva no âmbito do plano de opções de compra de ações da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 29.

21 Receita operacional líquida

	Consolidado			
	31/12/16		31/12/15	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Total Vendas	209.005	1.365.880	152.548	841.414
Vendas Proinfra	29.076	68.157	29.596	76.162
CCEAR	17.615	155.665	36.830	287.328
Vendas Mercado Livre	155.534	1.016.481	77.838	383.571
CCEE	2.461	23.255	8.224	26.687
Vendas Intercompany	4.319	102.322	60	67.666
Impostos	(14.023)		(9.325)	
	<u>194.982</u>		<u>143.223</u>	

22 Custos da operação e conservação

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Compra Energia	(79.242)	(41.208)
Depreciação usina	(27.758)	(27.624)
O&M	(16.771)	(17.737)
Pis e Cofins a compensar	7.362	3.084
Outros	(947)	(964)
	<u>(117.356)</u>	<u>(84.449)</u>

As rubricas Compra Energia e Compra Energia Intercompany referem-se a energia adquirida de terceiros e de partes relacionadas, sendo 694 GWh no exercício de 2016 e 191 GWh no exercício de 2015.

Relativamente apenas à OMC, houve a aquisição de energia de terceiros e de partes relacionadas no exercício de 2016, no montante de 494 GWh (147 GWh em 2015), para atendimento aos seus contratos de venda.

23 Despesas administrativas, pessoal e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas	(4.110)	(6.226)	(8.435)	(10.868)
Depreciação e Amortização	(604)	(1.098)	(1.775)	(2.255)
Outras	(415)	(2.543)	(2.211)	(3.937)
	<u>(5.129)</u>	<u>(9.867)</u>	<u>(12.421)</u>	<u>(17.060)</u>

A rubrica Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas no consolidado em 31 de dezembro de 2016 está apresentada líquida de valores reembolsáveis de partes relacionadas no montante de R\$3.228 (R\$594 em 31 de dezembro de 2015).

24 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros s/ aplicações financeiras	155	702	6.972	6.785
Outras receitas	243	93	572	669
Pis e Cofins sobre receita financeira	(18)	(15)	(189)	(102)
	<u>380</u>	<u>780</u>	<u>7.355</u>	<u>7.352</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros s/ empréstimos	-	-	(31.649)	(29.606)
IOF	(10)	(12)	(39)	(15)
Comissão sobre Fiança	-	-	(8.635)	(5.332)
Assessoria financeira	-	-	(612)	(694)
Outras despesas	(331)	(41)	(2.116)	(3.199)
	<u>(341)</u>	<u>(53)</u>	<u>(43.051)</u>	<u>(38.846)</u>
	<u>39</u>	<u>727</u>	<u>(35.696)</u>	<u>(31.494)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota efetiva:

	31/12/16	31/12/15
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	35.117	12.963
Alíquota corrente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(11.940)	(4.407)
Exclusão de natureza permanente - amortização de ágio	(4.521)	(4.521)
Exclusão de natureza permanente - despesas indedutíveis	(3)	(22)
Equivalência patrimonial	1.913	883
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	2.241	(2.092)
Outros	3.794	1.972
	<u>(8.516)</u>	<u>(8.187)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>24,3%</u>	<u>63,2%</u>

26 Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído por ação para os exercícios de 2016 e 2015.

	Controladora / Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.732	(4.364)
Denominador		
Média ponderada do número de ação - milhares	312.610	312.610
Lucro (prejuízo) por ação básico (Reais)	<u>0,0311304</u>	<u>(0,0139597)</u>
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.732	(4.364)
Denominador		
Média ponderada do número de ação, ajustada pelas opções de ações - milhares	322.582	322.582
Lucro (prejuízo) por ação diluído (Reais)	<u>0,0301681</u>	<u>(0,0139597)</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras. Para cálculo do denominador utilizado para fins de cálculo do lucro por ação diluído, a Companhia utilizou o plano de opções de compra de ações no total de ações de 9.972 mil em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

27 Cobertura de seguros

O Grupo Omega mantém seguros com as coberturas contratadas consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os principais seguros vigentes em 31 de dezembro de 2016 para a Companhia e suas controladas referentes aos riscos de responsabilidade civil e operacional são:

- Omega Geração S.A. - A cobertura é de R\$ 19 milhões, vigente durante o período de 18/09/2016 até 18/09/2017 e o prêmio anual é de R\$ 21 mil.
- Omega Geração S.A. - A cobertura é de R\$ 3 milhões, vigente durante o período de 22/06/2016 até 22/06/2017 e o prêmio anual é de R\$ 1 mil.
- Indaiá Grande S.A. - A cobertura é de R\$ 174 milhões, vigente durante o período de 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 88 mil.
- Indaiázinho S.A. - A cobertura é de R\$ 109 milhões, vigente durante o período de 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 64 mil.
- Gargaú Energética S.A. - A cobertura é de R\$198 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 114 mil.
- Porto das Barcas Energia S.A. - A cobertura é de R\$104 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 59 mil.
- Porto do Parnaíba Energia S.A. - A cobertura é de R\$ 150 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 89 mil.
- Porto Salgado Energia S.A. - A cobertura é de R\$ 105 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 59 mil.

28 Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado (taxa de juros);
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

O Grupo detinha Caixa e equivalentes de caixa e Cauções e depósitos vinculados mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O Grupo detém contas a receber com clientes, os quais são liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	Nota	Consolidado	
		31/12/16	31/12/15
Caixas e equivalentes	6	38.188	27.430
Clientes	7	48.086	24.673
Caixa restrito	10	25.120	26.882
		<u>111.394</u>	<u>78.985</u>

Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. O Grupo possui financiamento de longo prazo a índices atrelados à TJLP.

O risco de mercado referente à juros está apresentado em quadro no tópico “Análise de sensibilidade dos passivos financeiros”.

Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos de taxa de juros atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação da TJLP, indexador dos financiamentos junto ao BNDES.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e subsidiárias estão expostas, na data de 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP para financiamentos junto ao BNDES, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 com taxa de 7,5% e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Consolidado				
	Exposição em 31/12/2016	Risco	Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDG	49.195	variação da TJLP	5.123	6.070	7.018
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDZ	34.520	variação da TJLP	3.520	4.184	4.847
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - GARGAÚ	47.256	variação da TJLP	4.733	5.640	6.546
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - BARCAS	55.171	variação da TJLP	5.431	6.488	7.545
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - SALGADO	49.832	variação da TJLP	4.905	5.860	6.815
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PARNAIBA	83.148	variação da TJLP	8.185	9.778	11.371
Total	<u>319.122</u>		<u>31.897</u>	<u>38.020</u>	<u>44.142</u>

Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O principal passivo financeiro contratado são os financiamentos com o BNDES e seus vencimentos contratuais demonstrados na nota explicativa nº 16.

O Grupo administra seus riscos de negócio em dois níveis básicos, estratégico e operacional, o que permite identificar claramente os riscos, priorizar as ações mitigatórias e otimizar os recursos necessários, adicionando, portanto, valor aos seus processos por meio de comitê de risco e comitê de planejamento.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre passivos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores) para os próximos 30 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis, junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

O Grupo pode utilizar instrumento de debêntures não conversíveis em ações por meio de sua controladora, com o intuito de suprir riscos de liquidez de suas controladas, ou AFAC (Antecipação para Futuro Aumento de Capital) como instrumento de aporte de capital e cobertura de riscos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não realizou essa operação.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas tem sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na nota nº 16.3.

Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil		
	31/12/16	31/12/15	Categoria
Caixas e equivalentes	38.188	27.430	A
Caixa restrito	25.120	26.882	B
Clientes	48.086	24.673	C
Financiamentos	316.307	342.084	D
Fornecedores	39.415	26.722	D

- A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado
 B - Mantidos até o vencimento
 C - Empréstimos e recebíveis
 D - Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e subsidiárias detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes no consolidado a Depósitos bancários no montante de R\$7.412 em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.903 em 31 de dezembro de 2015) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes no consolidado a Aplicações financeiras de liquidez imediata, no montante de R\$ 30.726 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 24.527 em 31 de dezembro de 2015).

29 Pagamento baseado em ações

Os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações da Companhia em 1º de junho 2010. O plano tem por objetivo permitir que os membros da diretoria, empregados que exercem função de gerência e demais empregados, mediante determinação do Conselho de Administração, recebam opções. Cada opção outorgada permite ao participante o direito de subscrever uma ação da Companhia. A seguir apresentamos o total de ações outorgadas e que ainda não foram exercidas:

Programa	Outorgado	Strike (R\$/ação)	Outorga	Vesting
Programa 2	1.271.425	1,6	2010	2012
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2014
Programa 3	282.539	1,6	2011	2013
Programa 3	1.196.997	1,6	2012	2014
Programa 3	2.022.080	1,6	2013	2015
Programa 3	1.384.642	1,6	2013	2015
	<u>9.971.955</u>			

O valor de mercado da ação foi mensurado pelo valor justo com base na fórmula de *Black-Scholes* considerando as últimas transações de mercado próximas à data da outorga.

O exercício das opções, ainda não ocorrido e o objeto do plano, está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo de trabalho do beneficiário com a Companhia. Como não houve novas outorgas de opções nos exercícios de 2016 e 2015, nenhuma despesa foi reconhecida no resultado.

30 Compromissos

Os empreendimentos tem como obrigação a geração de energia para honrar os contratos de curto e longo prazo. Para isso, incorre em custos pelos acessos ao sistema de distribuição e de transmissão, além dos contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A controlada Omega Comercializadora mantém contratos de compra de energia, com vigência até o ano de 2022, nos montantes médios anuais de 25,75 MWm em 2017 e 5,25 MW entre 2018 e 2022.

Arrendamentos mercantis operacionais

O Grupo participa de transações de arrendamento mercantis operacionais relacionado ao uso de terreno onde estão instalados seus parques eólicos. Os arrendamentos de terrenos foram firmados há longa data e o Grupo determinou que o arrendamento é operacional. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

Durante o exercício de 2016 o montante de R\$1.493 (R\$1.620 no exercício de 2015) foi reconhecido no resultado na rubrica de custo de operação e manutenção.

Os pagamentos futuros projetados de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	Consolidado 31/12/16
Até um ano	1.960
Entre um ano e quatro anos	5.972
Mais de quatro anos	31.065
	<u>38.997</u>

31 Passivos judiciais

Está em curso uma arbitragem sigilosa em que as controladas Indaiá Grande Energia S.A. e Indaiazinho Energia S.A. são parte contra um fornecedor. A discussão refere-se à confirmação de multas por elas aplicadas ao fornecedor, no montante estimado atualizado de R\$18.065 em virtude de atrasos em fornecimentos que lhes geraram prejuízos. Por outro lado, o fornecedor pleiteia o montante estimado atualizado de R\$37.237, relativo a fornecimentos realizados no âmbito do contrato, cujos pagamentos estão retidos durante o curso da arbitragem, acrescido de valores relativos a supostos fornecimentos adicionais não integrantes dos contratos e não reconhecido pelas controladas. A administração da Companhia classifica a chance de êxito do seu pleito como possível, não havendo qualquer reconhecimento de ativo no balanço patrimonial e, para o pleito do fornecedor, avalia a chance de perda como remota o valor de R\$20.897 e como possível R\$16.340.

32 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões, qual seja o Conselho de Administração da Companhia, para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

33 Eventos subsequentes

Em 1º de abril de 2017, foi negociada com a parte relacionada Kalista Energia S.A. a venda de 49% do capital social detido na controlada Omega Comercializadora de Energia Ltda. O preço de aquisição foi definido com base no patrimônio líquido na data de 31 de março de 2017, no valor de R\$1.955, com liquidação financeira a ocorrer em até dois anos.